

# A dívida externa: 0,5% menor.

A dívida externa brasileira diminuiu 0,5% em relação a dezembro de 1984. Com isso, o total registrado em março último era de US\$ 99,258 bilhões. Esses números constam do Informativo Mensal do Banco Central, edição de novembro, onde se atribui essa queda de endividamento ao fato de o País não ter recebido novos empréstimos dos bancos internacionais e, em contrapartida, só estar pagando a estes bancos os juros semestrais do estoque da dívida.

Por modalidade de taxas de juros, segundo o BC, verificou-se uma ligeira elevação na parcela contratada a taxas flutuantes (de 78,3% para 78,5%) no idêntico período de comparação. Isso ocorre porque aumentaram de 14,8% para 15,1% os recursos contratados na base da prime rate, que é a taxa de juros vigente no mercado financeiro dos EUA. Os recursos tomados pela Libor (de Londres) e por taxas fixas tiveram menor participação.

O BC informou também que entre março de 1984 e março de 1985 os investimentos estrangeiros no País aumentaram em apenas US\$ 215 milhões, elevando o estoque de US\$ 23,009 bilhões para US\$ 23,224 bilhões. Um total de 74,9% dos investimentos dirigiram-se para o setor industrial, enquanto que

os serviços ficaram com 19,3% e o setor primário com 3,9%.

O ministro do Planejamento, João Sayad, reafirmou ontem que as empresas estatais, em 1986, não terão nenhum déficit operacional, serão capazes de financiar todo o seu programa de investimentos, ao redor de Cr\$ 150 trilhões, e de pagar a totalidade dos juros internacionais devidos, no montante de US\$ 8 bilhões.

Isso significa, segundo Sayad, que as estatais, reduzindo significativamente seus gastos e custeio em 20%, obterão economia para garantir um investimento real nos setores elétrico, de telecomunicações e petrolífero, compatíveis com a meta de 6% de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

O ministro do Planejamento reiterou os ingredientes básicos que, a seu ver, devem fazer parte da política econômica para um combate efetivo à inflação: uma nova política de abastecimento urbano, uma nova renegociação da dívida externa e o combate ao déficit governamental.

Sayad chegou, desta vez, a se referir à "inflação tropical", quando indagado sobre os efeitos do chuchu na inflação brasileira. Explicou que um fator inflacionário é

a instabilidade dos preços agrícolas, que será gradualmente reduzida, e estimulou o setor privado a investir no estoque de produtos agrícolas, ao invés de especular no mercado financeiro.

Sobre o pacote tarifário que será anunciado para 1986, o ministro Sayad foi enfático na defesa de preços realistas para a gasolina, álcool, energia elétrica e água. "Não podemos subsidiar quem pode comprar esses produtos. O que o governo deve subsidiar é o leite, e reduzir o preço da energia elétrica e da água para as faixas mais carentes. O resto, dizer que as tarifas são socialmente injustas, é misturar alhos com bugalhos."

Sayad garantiu, por outro lado, que as taxas vão declinar mais, ficando entre 12 e 14% acima da correção monetária contra os 24% registrados no início deste ano. Isso, segundo ele, estimulará a retomada mais sustentada da economia brasileira.

A respeito da viagem que fará hoje aos Estados Unidos, Sayad garantiu que não vai submeter nenhum programa brasileiro aos credores, mas conversar com eles, apenas. "O programa econômico brasileiro é feito aqui, e não temos por que dar satisfação", finalizou.